

Sempre desejada por mais que esteja errada: Provoações da pornografia à cultura escolar

Gabriela Bercht¹
Fernando Seffner²

Resumo: O artigo tem como propósito ampliar as reflexões em torno do tema da pornografia, particularmente em sua interface com a cultura escolar. Partimos de um conjunto de dados, depoimentos docentes, excertos de documentos e relatos de movimentos de caráter autoritário, conservador e reacionário, coletados em projeto de pesquisa no período 2010-2020, para entender os modos pelos quais a pornografia produz pânico moral na cultura escolar. Tais informações são produto de pesquisa e da inserção da autora e do autor no ambiente da Educação Básica. A partir dessas informações iniciais, nos propomos abordar a pornografia com os conceitos e ideias particularmente de Michel Foucault e Paul Preciado, em direção à noção de uma Era Farmacopornográfica. Em sintonia com as proposições de Preciado, entendemos que estamos experimentando uma fase de transição entre uma sociedade disciplinar, na qual o poder se concentra no controle das populações, e uma sociedade farmacopornográfica, caracterizada pelos processos de governo biomolecular (fármaco) e semiótico-técnico (pornô) da subjetividade sexual. Tais ideias são úteis para compreender a emergência da pornografia na regulação dos corpos infantis e juvenis na cultura escolar, bem como para pensar ações educativas.

Palavras-chave: Pornografia; cultura escolar; culturas juvenis; pânico moral; Era Farmacopornográfica.

¹ Doutora em Educação (UFRGS). Professora PMPA. Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial do CNPq - Nível B. Contato: gabrielabercht@gmail.com

² Doutor em Educação (UFRGS). Professor Faculdade de Educação UFRGS. fernandoseffner@gmail.com

O Que é, o Que é?³

A trajetória escolar vem se ampliando no Brasil de maneira significativa, em particular após as disposições contidas na Constituição Federal de 1988, e por força das legislações educacionais complementares, aliada à força dos movimentos sociais em torno do tema. No contexto atual, a partir dos 4 anos de idade as crianças já devem frequentar a Educação Infantil. Aos 6 anos ingressam no Ensino Fundamental, e aos 15 anos no Ensino Médio, que concluem em geral em torno dos 18 anos de idade. Segundo a lei, todo esse percurso é obrigatório, em um total de 14 anos de escolaridade. Os níveis de inclusão e frequência no Ensino Fundamental atingem o percentual de 99,4% em todo o território nacional (Brasil, 2023, p. 15). As taxas de frequência ao Ensino Médio vêm se ampliando, e “em 2022, pela primeira vez, mais da metade (53,1%) da população de 25 anos ou mais de idade tinham pelo menos o Ensino Básico Obrigatório completo” (Brasil, 2023, p. 8). Na Educação Infantil, objeto de fortes demandas da população pela ampliação de vagas, os dados informam que, em 2022, aos 5 anos de idade, 91,5% das crianças já frequentavam a escola (Brasil, 2023, p. 13).

A trajetória escolar cresce em número de anos, mas cresce também na duração da jornada diária. A demanda pela escola de turno integral, onde as crianças e os jovens passam o dia todo, e ali fazem cinco refeições, assistem às aulas, têm momentos de lazer e interação social, realizam as tarefas escolares, se envolvem em projetos sociais e acessam redes digitais, cresce em todo território nacional, e em todas as classes sociais. Em resumo, crianças e jovens ingressam cada vez mais cedo em instituições escolares, passam nelas cada vez um número maior de anos, e ali permanecem cada vez mais horas ao longo do dia. A hipótese primeira que avançamos neste artigo, já largamente comprovada pela literatura acadêmica e pelos relatos da prática docente, de longa data,

³ A inspiração para o título do artigo e subtítulo desta seção de introdução vem da composição de autoria de Gonzaguinha, intitulada *O Que é, o Que é?*, inserida no álbum *Caminhos do Coração*, Gravadora EMI, 1982

é de que crianças e jovens conversam de modo intenso acerca de temas relacionados a gênero e sexualidade no cotidiano escolar, e endereçam perguntas aos docentes acerca do tema, conforme discutido em Seffner (2011). A hipótese segunda que avançamos neste artigo é de que a produção de materiais de conteúdo pornográfico, largamente difundidos nas plataformas digitais e redes sociais, vem se constituindo em um regime discursivo que orienta boa parte da formação das crianças e jovens em termos de desejos, representações simbólicas, sistemas de relações de gênero e roteiros sexuais, conforme já verificado na literatura de outros países (Zhou et. al., 2019; Wilkinson, 2017) bem como, relatórios dos próprios provedores de tais materiais, como se pode ver em *Gender Demographics Pornhub* (2021).

Para dar conta desta segunda hipótese, necessitamos de uma compreensão maior acerca do que é a pornografia, e fazemos isso nos valendo de alguns autores e autoras, em sintonia com os estudos culturais, estudos feministas e pós-identitários. Em sintonia a produção acadêmica, nacional e estrangeira, que identifica a presença de materiais oriundos da indústria pornográfica circulando entre as culturas juvenis e a cultura escolar, nos valem de nossas próprias anotações de etnografia de cenas do cotidiano escolar e da literatura para lançar algumas questões que norteiam nossos propósitos de pesquisa. Nossa pergunta inicial, que guia parte da etnografia no cotidiano escolar, é: o que exatamente é nomeado como pornografia pelos docentes e pelas docentes da Educação Básica?

Começamos com um excerto de obra literária, em que um jornalista transforma as memórias escolares de um jovem em pequenos relatos anedóticos, narrados em terceira pessoa, utilizado por nós em oficinas de formação docente, e que permitiu listar situações percebidas como indicativas da presença da pornografia na sala de aula:

Todas as crianças da classe estavam de lápis em punho desenhando cavalos, como a freira pedira – todas, exceto um menininho que, tendo terminado, deixava-se ficar em sua carteira sem fazer nada.

“Bem”, disse a freira, olhando o cavalo que o menino desenhara, “por que você não desenha mais alguma coisa, uma sela ou outra coisa qualquer?”

Poucos minutos depois ela voltou para ver o que o menino tinha desenhado. De repente, seu rosto ficou vermelho. O cavalo agora tinha um pênis e ele estava urinando no pasto.

Possessa, ela começou a bater no menino com as duas mãos. As outras freiras vieram correndo e também bateram no menino, derrubaram-no no chão, sem ouvir o que ele dizia, perplexo, entre lágrimas:

“Mas, mas... eu só estava desenhando o que eu vi, só o que eu vi!”

(TALESE, 2004, p. 387)

O excerto acima foi utilizado como provocação de abertura em três momentos de formação docente continuada, ao início do ano letivo, em três escolas públicas de município da Região Metropolitana de Porto Alegre, fevereiro de 2011. Tal momento de formação foi ofertado em resposta à demanda dos próprios professores e professoras que, na época, já percebiam a necessidade de compreender melhor questões de gênero e sexualidade para abordagem com as classes de alunos e alunas. O pânico moral em torno de tais questões ainda não havia se instalado com a intensidade que se verificou no contexto político brasileiro posteriormente, com a atuação intensa de movimentos como “ideologia de gênero” e “escola sem partido”, bem como as denúncias em torno de um suposto “kit gay”, mas já dava indícios do que estava por vir. A leitura do excerto ensejou debate com os docentes, que expressaram suas opiniões tanto em torno da atitude do menino quanto da atitude das professoras. Foram colhidas e registradas no quadro frases como “a depender do tamanho do pênis do cavalo, é provável que o menino esteja fazendo uma insinuação de pornografia” e “não acredito que a intenção do menino fosse simplesmente retratar um animal urinando, claro que ele queria fazer uma provocação pornográfica”. Houve uma concordância geral de que não se devia bater no menino, e que tal relato deveria ser de um período muito antigo, como efetivamente é. Estimuladas e estimulados a lembrar de situações que identificavam como indicativas de presença de intenções pornográficas por parte do alunado, as e os docentes listaram coisas como “essa insistência em falar de drags e mostrar fotos de shows de drags é algo meio pornográfico”, “as meninas em especial vêm com roupas para a escola que são praticamente pornográficas”, “tenho alunos que estão sempre

perguntando o que é a sigla LGBTQIAPN+ eu acho isso uma coisa de provocação pornográfica”, “a escola em que leciono à noite é próxima da linha do trem, e na rua dos fundos tem alguns pontos de prostituição, os alunos estão sempre falando disso”, “eu acho que o principal motivo deles não quererem mostrar o que há nos celulares é que ali têm muita coisa de pornografia que eles acessam de graça”, “quem é que já não reparou que na biblioteca da escola eles buscam livros de imagens de nudez?”, “essas notícias de trisal, de casais de duas mulheres e um homem, geraram muito comentário nas aulas, e dá para ver que ficaram imaginando coisas bem pornográficas que esses casais podiam fazer”, “as meninas vieram comentar comigo um dia que um dos alunos, que é muito bonito, jogador no time de futebol da escola, tinha dito que já vendeu fotos dele para alguns homens que pediram na internet, e ele dizia isso se orgulhando, assim é que começa o caminho da pornografia”.

A afirmação mais taxativa acerca da presença de provocações pornográficas na escola veio de uma orientadora educacional de escola de Ensino Médio de grande porte, atuando no ensino noturno, que afirmou, acerca de determinada aluna, que “essa menina não estuda, não se aplica, reprova de ano, mas volta a se matricular, ela é muito bonita, vem com roupas provocantes, e é voz corrente que fica aliciando meninos para fazer programas de sexo pago, mas a gente não tem como fazer nada, pois é muito difícil de provar isso, a pornografia já está dentro da escola”. Na conexão família e escola, uma resposta, que teve concordância geral no momento do diálogo com grupo de professoras, indica um desacerto entre o que os pais e mães pensam que seus filhos e filhas sabem, e o que as professoras percebem: “em casa eles não mostram nada, não falam nada, não perguntam nada para pai e mãe, as famílias não sabem por onde eles andam navegando nas redes sociais, nem sabem com quem eles andam metidos, a gente na escola é que percebe que eles estão sempre querendo saber de buscar sites com conteúdo pornográfico, escrevem coisas tremendas nos banheiros, inclusive as meninas, que vão nos banheiros dos meninos e ali escrevem coisas na paredes, mas as mães nem desconfiam, e se a gente for falar elas não acreditam”. Tais respostas, no meio de muitas

outras, indicam uma dispersão de compreensões acerca do que é pornografia no meio docente, ou do que pode vir a ser um conteúdo pornográfico, que varia de contexto a contexto.

Se por um lado temos dispersão de significados do que seria o pornográfico, e que provocações ele endereça à cultura escolar, por outro temos uma maioria de respostas que indica que a pornografia está muito presente na iniciação sexual das crianças e jovens que, conforme mostramos na abertura do artigo, são igualmente alunos, alunas e alunes, e igualmente filhos e filhas e filhas. A trajetória escolar é feita em um percurso temporal em que a maioria é simultaneamente inserido em uma família, na escola e em algum pertencimento religioso, além de inserção em uma ou mais de uma das culturas juvenis. Mas não são apenas as professoras e os professores que percebem que a pornografia ronda os jovens. Um conjunto de movimentos ativistas de caráter autoritário, conservador e reacionário, como as iniciativas que se denominam “contra a ideologia de gênero” e o já consolidado movimento intitulado “escola sem partido”, não apenas desconfiam que a escola é local de pornografia e estímulo a má conduta em termos de gênero e sexualidade, como atacam constantemente docentes e programas de ensino como sendo doutrinadores em tais temas. Tais movimentos surgem no Brasil no início dos anos 2000, inspirados em iniciativas que já circulavam na Europa e nos Estados Unidos. O movimento escola sem partido surge em 2004 no país, mas vai tomar fôlego em torno de 2015, quando articula proposições legislativas visando cercear a liberdade de ensinar de professores e professoras, que passam a ser apresentadas em câmaras de vereadores, assembleias legislativas e até mesmo na câmara federal. O movimento conhecido como ideologia de gênero começa com a circulação da expressão no início dos anos 2000, e igualmente ganha visibilidade forte a partir de 2015. Vale lembrar que os anos de 2015 e 2016 correspondem a conjuntura em que se elaboram os planos municipais de ensino em todo o país, o que forneceu o terreno para um enfrentamento entre grupos sociais favoráveis à abordagem dos temas em gênero e sexualidade nos currículos escolares, e grupos sociais contrários. Os dois

movimentos, escola sem partido e ideologia de gênero, existentes desde alguns anos antes, ganharam então expressão e organização.

Isso explica a proliferação de proposições de projetos de lei que buscam eliminar da escola pública brasileira a possibilidade de que ela desempenhe um papel educativo em tais temas, relegando esse dever às famílias e, por vezes, às religiões; a escola apenas poderia ter alguma ação educativa se autorizada explicitamente pelos pais. É o que se verifica numa das proposições legislativas de maior alcance no nível municipal, o projeto de lei que se intitula “Infância sem Pornografia”, e que começa a circular a partir do ano de 2016, por iniciativa de Guilherme Schelb, que o envia a diferentes casas legislativas. Em seu texto de justificativa, o modelo de projeto que circula na grande maioria dos municípios diz:

Esta é uma sugestão de projeto de lei para cada município brasileiro com o objetivo de proteger crianças e adolescentes de textos, imagens, vídeos ou músicas pornográficas ou obscenas, fazendo respeitar a Constituição e as leis que determinam sua proteção face a situações violadoras de sua dignidade humana especial. Infelizmente, muitas políticas públicas e profissionais não respeitam os direitos das famílias e a dignidade humana de crianças e adolescentes, abordando temas pornográficos como prostituição e sexo anal, e impróprios ao seu entendimento, como bissexualidade e sexo grupal, muitas vezes, sem o conhecimento dos pais ou responsáveis. Além disto, há uma grave lacuna na formação dos servidores que lidam com crianças e adolescentes que, em sua maioria, não possuem conhecimentos básicos sobre as normas jurídicas que regem sua função e que estabelecem os direitos da família e da infância.

[...] Infelizmente, por desconhecimento, má-fé ou despreparo, não apenas professores, mas diversos serviços e servidores públicos que atendem crianças e adolescentes desrespeitam os direitos fundamentais infanto-juvenis e o direito da família na formação moral dos filhos, e expõem crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico, obsceno ou impróprio, bem como as induzem à erotização precoce. (SCHELB, s.d.)

O texto acima não deixa margem a dúvidas, é de professoras e professores que se fala, praticamente afirmando nossa falta de formação, de conhecimento jurídico e de autoridade moral para a abordagem de tais temas. O exame de alguns dos artigos e parágrafos da proposta de lei, que vem sendo aprovada em diversos municípios

brasileiros (BERCHT; BARZOTTO, 2022), entre estes Salvador e Florianópolis, por vezes depois revogada ou suspensa por decisão da justiça, em um cenário de batalha jurídica, deixa ainda mais evidente a censura à cultura escolar para que aborde questões de gênero e sexualidade, praticamente tornadas, todas, como portas de entrada para a pornografia:

Art. 2. Incumbe à família criar e educar seus filhos, crianças ou adolescentes, em consonância com o art. 229 da Constituição Federal e art. 1.634 do Código Civil.

§ 1º – Os pais ou responsáveis têm o direito a que seus filhos menores recebam a educação moral e religiosa que esteja de acordo com suas convicções, consoante dispõe o art. 12, 4 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

§ 2º – Órgãos ou servidores públicos municipais podem cooperar na formação moral de crianças e adolescentes, desde que, previamente, apresentem às famílias o material pedagógico, cartilha ou folder que pretendem apresentar ou ministrar em aula ou atividade.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica a qualquer material impresso, sonoro, audiovisual ou imagem, ainda que didático, paradidático ou cartilha, ministrado, entregue ou colocado ao acesso de crianças e adolescentes, bem como a folders, outdoors ou qualquer outra forma de divulgação em local público ou evento autorizado ou patrocinado pelo poder público municipal, inclusive mídias ou redes sociais.

§ 2º Considera-se pornográfico ou obsceno áudio, vídeo, imagem, desenho ou texto escrito ou lido cujo conteúdo descreva ou contenha palavras, imagem erótica ou de órgãos genitais, de relação sexual ou de ato libidinoso

Os elementos mostrados acima – cenas escolares, depoimentos docentes, excertos de legislação e nomeação de movimentos sociais de caráter reacionário – permitem afirmar que a conexão cultura escolar e pornografia está dada e atuante no contexto escolar atual. Não se trata apenas de indicar que as culturas juvenis sofrem influência da indústria pornográfica em sua formação, mas de perceber o pânico moral instaurado em relação à escola e aos docentes, vistos como doutrinadores e agentes ativos da corrupção moral das crianças, via pornografia ou a dita “sexualização precoce”. Negar à escola sua tarefa educativa, e entregar a famílias e religiões a formação moral das juventudes é a estratégia dos movimentos autoritários e conservadores. Na medida em que a escola não consegue construir propostas para enfrentamento da educação para conhecimento da pornografia, o pânico moral em torno

do tema só faz crescer. Delegar à família e às religiões a formação das crianças e jovens em torno dos temas de gênero, sexualidade, pornografia, colide com as estatísticas, brasileiras e mundiais, que apontam as famílias como o contexto que mais produz situações de assédio, violência sexual, constrangimento e ameaças psíquicas em tais temas. No sentido de qualificar a compreensão do tema da pornografia e de suas ramificações com as questões em gênero, sexualidade e juventude, nas próximas duas seções deste artigo, valendo-nos de alguns autores e autoras, buscamos trazer elementos para ajudar a pensar o assunto.

De Foucault a Preciado: entendendo a Era Farmacopornográfica

A análise de Michael Foucault sobre a constituição do dispositivo de sexualidade e suas consequências para as formas de subjetivação e disciplinamento dos corpos em torno do sexo e do gênero esteve centrada nas transformações tecnológicas e políticas da Modernidade. Baseado em diversas das ideias e concepções de Michel Foucault, Paul B. Preciado procura desenvolver uma conceituação da dimensão mais atual dos processos de produção dos corpos e das subjetividades, que emergem gradualmente desde o início da Segunda Guerra Mundial. O projeto mais amplo do autor está centrado em realizar “um novo mapeamento das transformações da produção industrial durante o último século, usando como eixo a gestão política e técnica do corpo, do sexo e da sexualidade.” (PRECIADO, 2018b, p. 26) Em tais processos a pornografia ganha centralidade.

Dedicaremos este artigo a compreensão da interpretação de Preciado buscando enfatizar o papel que a pornografia possui neste novo regime de subjetivação que leva a instituição de sociedades farmacopornográficas. Para atingir tal objetivo optamos por realizar a análise interpretativa de dois textos em específicos do autor: *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica* (2018b) e *Pornotopia An Essay on Playboy's Architecture and Biopolitics* (2019). A análise e interpretação de tais textos será realizada tanto em

relação a outros escritos de Preciado quanto em relação a pesquisas e conceitos pertinentes ao campo dos *Porn Studies* (WILLIAMS, 2014).

De acordo com Preciado, estamos experimentando uma fase de transição entre uma sociedade disciplinar, na qual o poder se concentra no controle das populações, e uma sociedade farmacopornográfica, caracterizada pelos processos de governo biomolecular (fármaco) e semiótico-técnico (pornô) da subjetividade sexual. Essa configuração social está intrinsecamente ligada a um modelo econômico pós-fordista que o autor chama de farmacopornismo. Neste modelo econômico a força de trabalho deixa de ser o paradigma da economia e é sobrepujada pela noção de *potentia gaudendi*, pelo potencial de excitação de um corpo, é tal potencial que se torna o substrato da força de trabalho.

Preciado define o conceito de *potentia gaudendi* como “a potência (presencial ou virtual) de excitação (total) de um corpo” (PRECIADO, 2018b, p. 44) e por vezes utiliza o conceito como sendo intercambiável com a noção de força orgásmica. Independente da nomenclatura, o autor busca enfatizar que tal força não se encontra restrito a um tipo específico de corpo ou mesmo aos órgãos sexuais ou as interações sexualizadas. A *potentia gaudendi* de Preciado encontra-se e é a soma do potencial de excitação existente em cada molécula material dos corpos e “reivindica todos os recursos bioquímicos e estruturas da mente” (PRECIADO, 2018b, p. 45).

É tal força que é colocada para trabalhar no novo regime farmacopornográfico; os diversos fármacos citados pelo autor, as representações pornográficas e os serviços sexuais estão todos agindo em cima da *potentia gaudendi*. O projeto de Preciado está centrado, desta forma, na tentativa de mapear o circuito em que a excitação é tecnoproduzida: “Já não se trata de poder sobre a vida, do poder de administrar e maximizar a vida, como dizia Foucault, mas de poder e controle exercido sobre um todo tecnovivo conectado” (PRECIADO, 2018b, p. 47).

Da mesma maneira que Michel Foucault (1997) indicava que a passagem da “sanguinidade” para a “sexualidade” não ocorreu de forma abrupta e que não devemos

pensar as sociedades de aliança como antagonistas das sociedades disciplinares, Preciado indica que não há uma ruptura brusca entre estas últimas e as sociedades farmacopornográficas. O que presenciamos é a metamorfose dos conceitos surgidos na era moderna (masculinidade, feminilidade, homossexualidade, heterossexualidade, libido, transexualidade) em realidades concretas e mercadorias comercializáveis. Os principais marcos dessa nova forma capitalista seriam a introdução da Pílula anticoncepcional (1957) e o lançamento da revista Playboy (1953). O farmacopornismo, portanto, é definido como “esta nova economia dominada pela indústria da pílula, pela lógica masturbatória da pornografia e pela cadeia de excitação frustração em que se baseia” (PRECIADO, 2018b, p.43) Estaríamos vivendo, portanto, um terceiro regime de subjetivação, que surge após, mas se sobrepõe, se entrelaça com os regimes anteriores -sociedades soberanas e sociedades disciplinadoras- descritos e analisados por Michel Foucault. Preciado indica que devemos pensar os modelos de forma transversal e não substitutiva.

Os dispositivos para produção da subjetividade sexual que se desenvolveram com base na estética da diferença sexual e das identidades sexuais no século XIX e que marcaram a constituição de sociedades disciplinadoras tomavam a forma de arquiteturas políticas exteriores ao corpo. O modelo para as técnicas de subjetivação era a arquitetura proposta no século anterior por Jeremy Bentham. A ação de tal regime poderia ser comparada, desta forma, a de um exoesqueleto que se acopla nos corpos e do exterior age. Das sociedades soberanas às sociedades disciplinadoras rumo às sociedades farmacopornográficas o que vemos é a utilização de novas tecnologias do corpo e da representação que se tornam parte dos corpos: “a tecnopolítica já não habita os espaços disciplinadores, está habitada por eles” (PRECIADO, 2018b, p. 48). Nos interessa em especial, buscar entender e analisar os aspectos semióticos-técnicos que a pornografia teria nestes processos de governo das subjetividades sexuais.

É preciso notar que Preciado não oferece uma única definição do que ele considera ser a pornografia. Na interpretação do autor os códigos pornográficos não

estão mais limitados à pornografia *stritu senso*, foram globalizados e tornaram-se parte de um sistema mais amplo que lucra em cima e a partir da gestão dos ciclos excitação-frustração-excitação:

Códigos idênticos de representação pornográfica funcionam nas imagens de prisioneiros de Abu Ghraib, nas imagens erotizadas das adolescentes tailandesas, nas propagandas para a L'Oréal e para o McDonald's, nas páginas da Hot Magazine. Todos estes corpos já funcionam, e de maneira inesgotável, como fontes carnavais e digitais de capital ejaculatório. (PRECIADO, 2018b, p. 52)

De modo que, na interpretação do autor o termo pornografia está necessariamente relacionado a uma caracterização político-econômica da representação. Nesse sentido, a pornografia é mais um ramo da indústria do espetáculo e da indústria cultural. De fato, a pornografia poderia ser considerada o paradigma de toda indústria cultural ao oferecer o máximo de resposta com o mínimo de investimento. Segundo Preciado (2018b), uma das peculiaridades da pornografia é sua tendência em produzir a ilusão visual da irrupção do puramente real.

A promessa de uma relação privilegiada com a “realidade” é uma constante no universo da pornografia. Os vídeos categorizados sob a *tag* de “amadores” nos parecem sintomáticos na atualidade tanto da tendência autorreferencial da estética pornô quanto das novas características produtivas do complexo pornô capitalista. Algumas autoras optam pela utilização do termo “pro-amador” para se referir a vídeos caracterizados pela estética amadora, mas que estão inseridos na estrutura comercial da pornografia. É possível, como especulam algumas autoras (Ruth Barcan, 2002; Eleonor Wilkinson, 2017), que a proliferação dos vídeos *pro-am* tenha sido consequência da popularidade que vídeos “verdadeiramente” amadores tiveram ao adentrar os sites *tube* e que o sucesso de tais vídeos indique uma procura dos usuários por cenas e conteúdo pornográfico mais “autênticos”.

No entanto, na medida em que a noção de “autenticidade” se tornou em si uma fonte de estímulo erótico, houve um processo de incorporação tanto da estética quanto do modo de produção⁴ amadores à lógica pornográfica, tornando a fronteira entre o amador e o profissional de difícil distinção. Sites como o *pornhub.com*, por exemplo, buscam manter a promessa de uma experiência sexual mais “real” criando categorias como “amadoras verificadas” que supostamente garantiam o amadorismo e por consequência a realidade dos vídeos escolhidos. A existência de categorias como “amadoras verificadas” atesta tanto para o processo de profissionalização da estética amadora quanto para o surgimento de performers sexuais que passam a ser “amadoras-profissionais”, com todas as contradições que tal combinação parece conter.

Há, desta forma, uma equivalência colocada em prática nas formas dominantes de pornografia em que (ejaculação= realidade= verdade) equacionam-se fazendo com que o espectador não perceba que a verdade da sexualidade que as representações pornográficas pretendem capturar não é, senão, o efeito de um sistema de representação específico. É possível pensar, desta forma, que o universo da pornografia *mainstream* e o processo de popularização das categorias pornográficas ligadas ao amador mantem viva a busca moderna de revelação da verdade do sexo: “um filme é tanto mais pornográfico quanto mais real é a cena sexual filmada [...]” (PRECIADO, 2018b, 363).

Como já havíamos afirmado anteriormente, esta enunciação da “verdade” das relações sexuais ecoa a *scientia sexualis* que se estabeleceu no Ocidente a partir do século XIX. A possibilidade de todos e todas gravarem e disponibilizarem seus encontros sexuais parece garantir que os sites pornográficos se constituam como inventários das possibilidades de comportamento sexual da espécie humana, estes passam, portanto, a fazer as vezes das enciclopédias sexuais, como a *Psychopathia Sexualis* (1886) de Krafft-Ebing, do passado. De maneira que, se ao longo do século XIX, cabia aos diferentes especialistas atuarem como mediadores/produtores entre a

⁴ O documentário de 2015 “*Hot Girls Wanted*”, produzido e disponibilizado pela Netflix, aborda o funcionamento e operação da indústria do pornô amador norte-americana.

confissão e produção das identidades, tal processo agora é mediado pela inteligência artificial e os algoritmos utilizados pelos sites para “categorizar” as diferentes possibilidades de encontros sexuais.

Diferença importante é que se antes podíamos nomear (John Money, Richard von Krafft -Ebing, Jean-Martin Charcot, entre outros) os responsáveis pela produção do gênero e da normatização das relações generificadas, tal processo parece ocorrer agora de forma invisível e despersonalizada. Para conseguir dar conta da versão contemporânea destes processos é preciso voltar o olhar, literalmente, para os distintos canais *on-line*, que não se restringem apenas aos sites pornográficos, mas que englobam todos aqueles espaços virtuais (Twitter, Instagram, TikTok, Facebook, Whatsapp, entre outros) em que as imagens geradas pelas e pelos usuários tornam-se testemunho da realidade vivida.

Niels van Doorn (2010), que analisou em sua pesquisa 100 vídeos “amadores” gerados por usuários e disponibilizados no *YouPorn*, um popular site de compartilhamento de vídeos pornográficos, aponta para a manutenção da característica confessional, já existente no momento moderno de estabelecimento da *scientia sexualis*, no atual regime de produção de verdades discursivas sobre o sexo, o gênero e a sexualidade.

É dentro desta estrutura que *YouPorn* pode ser entendido como uma tecnologia confessional gerada pelo usuário, solicitando aos seus participantes quantidades cada vez maiores de revelações visuais. Além disso, este também é o ponto em que o *YouPorn* se manifesta como um site onde a pornografia (amadora), a cultura *online* participativa e a representação/ fetichização da “realidade” convergem para manter uma postura essencialista e politicamente regressiva de ideologia de gênero. (VAN DOORN, 2010, p. 426⁵)

⁵ Tradução própria. No original: “It is within this framework that YouPorn can be understood as a user-generated confessional technology, soliciting its participants for ever-increasing amounts of visual disclosure. Additionally, this is also the point where YouPorn manifests itself as a site where (amateur) pornography, participatory online culture, and the representation/ fetishisation of ‘reality’ converge to maintain an essentialist and politically regressive gender ideology.”

Preciado (2019) aponta que a *Playboy* e a heterotopia que caracterizou a revista coincidem com a mutação do regime disciplinar para as formas farmacopornográficas de controle e produção da subjetividade. Estas são caracterizadas pelo design farmacológico do gênero e da reprodução e pela eletrificação e produção midiática do prazer e/como capital. Ao colocar que “na pornografia o corpo é vulnerável à imagem” (PRECIADO, 2018a, p.30), Preciado pretende ressaltar que uma das características essenciais da pornografia é sua capacidade de exercer controle sobre o corpo e produzir efeitos independentemente da intenção do espectador. Enquanto no regime disciplinar, as fotografias médicas tinham o objetivo de estabelecer e documentar a verdade das identidades sexuais criadas, no regime farmacopornográfico, a pornografia assume o papel da medicina, sendo responsável por fazer o corpo confessar. É a partir de tal quadro teórico que é possível compreender a definição que o autor oferece do termo pornografia.

Entendo aqui por pornografia toda técnica audiovisual sexualmente ativa capaz de modificar a sensibilidade e a produção de desejo, de colocar em funcionamento ciclos de excitação-frustração e de produção de prazer psicossomático, ou seja, de capturar o sistema corporal de produção afetiva. (PRECIADO, 2018b, p. 290-291)

Preciado irá enfatizar, então, com base nas formulações de Teresa de Lauretis (1987), a importância central da concepção de gênero como princípio organizador para o desenvolvimento de uma série de técnicas farmacopornográficas de normalização e transformação do ser vivo. A pornografia deve ser considerada, portanto, como mais uma tecnologia de gênero que gera tanto corpos quanto sujeitos que falam; é uma das tecnologias semióticas essenciais da contemporaneidade na produção dos códigos da feminilidade. Há, portanto, uma distinção fundamental entre os sujeitos hegemônicos e subalternos produzidos pelas sociedades farmacopornográficas:

O novo sujeito hegemônico é um corpo (frequentemente codificado como masculino, branco e heterossexual) farmacopornograficamente suplementado (pelo Viagra, pela cocaína, pela pornografia etc.) e consumidor de serviços

sexuais pauperizados (frequentemente exercidos por corpos codificados como femininos, infantis ou racializados). (PRECIADO, 2018b, p.50-51)

Tais sujeitos são produzidos ainda no momento Moderno do surgimento da pornografia, quando o termo pornografia passa a ser utilizado para descrever os conteúdos do Museu Secreto, criado no século XIX, dentro do Museu de Nápoles, e que apresentava para o visitante autorizado as ruínas da cidade Pompéia e sua profusão de pênis de diferentes tamanhos e de cenas sexuais. A construção de um muro em torno de tal coleção e a restrição do acesso, permitem a Preciado conceituar pornografia, tal como o termo surge na retórica museística do período, como fazendo referência a “uma técnica de gestão do espaço público e, mais particularmente, de controle do olhar, da vigilância do corpo excitado ou excitável em um espaço público” (PRECIADO, 2018a, p. 27) Neste contexto, os corpos autorizados a olhar são apenas os corpos masculinos aristocráticos, são a eles que cabem os conteúdos pornográficos do Museu.

O desenvolvimento de novas técnicas em torno do olhar, mais especificamente a fotografia e o cinema, irão manter a segregação do olhar feminino. O surgimento da Playboy nos anos 1950 e sua transformação em um Império pornográfico nas décadas posteriores, irão demonstrar novamente a ligação íntima entre representações pornográficas e as disputas em torno do público/privado. Ao estudar a arquitetura desenvolvida pela *Playboy* e as novas formas de subjetividade promovidas pela revista, Preciado (2019) aponta que o que estava em jogo para Hugh Hefner e os envolvidos com o projeto da revista era muito mais do que exibir fotos de mulheres nuas. Havia a proposta consciente de produção de uma nova subjetividade masculina a partir da retomada ou da reconquista do espaço interior e da domesticidade pelos homens. A criação da figura do *playboy* estava intimamente ligada à reestruturação dos códigos de gênero e da sexualidade, sendo esta uma batalha semiótica e estética, travada através da informação, arquitetura e objetos de consumo.

A masculinidade naturalizada, presa aos subúrbios, ao casamento e aos filhos e que tinha a mulher como dona do lar e, portanto, da domesticidade era contraposta pela

masculinidade construída sob os signos do prazer e da liberdade e marcada por uma domesticidade masculina fortemente apoiada no uso de imagens e tecnologias da informação. O protótipo cinematográfico de tal masculinidade seria James Bond e a figura do espião. Em termos arquitetônicos, a figura do *playboy* pertence a *penthouse* da mesma forma que o homem domado pertence a casa suburbana com cercas brancas. É a *penthouse* superequipada e conectada com aparelhos que permite que a mulher seja eliminada enquanto figura necessária para a organização do lar, dando ao *playboy* o papel de rei do seu próprio reino.

No entanto, a construção da *penthouse* também é pensada para a atração das mulheres e sua sedução: o controle das luzes, a cama giratória, o bar que surge e desaparece ao toque e um botão. Estas são todas próteses que convidam as mulheres a passar uma noite e depois ir embora. De forma que, apesar de poder parecer progressista, a revolução sexual (e doméstica) que Hefner pretendia encabeçar estava fundamentalmente conectada a uma nova definição da masculinidade heterossexual branca, que não questionava o sistema de gênero, apenas defendia uma nova forma de hegemonia masculina. De modo que: “o *voyeur* só poderia ser homem; o objeto do prazer visual poderia só ser mulher” (PRECIADO, 2019, p. 43) O *playboy* era aquele que buscava todas as variações possíveis que o binômio prazer e consumo poderia implicar. E há aqui um ponto fundamental para a compreensão da conexão já muito inicial entre pornografia e cultura de juventudes.

Preciado aponta a proximidade temporal do surgimento da revista com a noção de *teenager*. Segundo o autor, tal termo surge no final dos anos 1940, cunhado pelo economista Eugene Gilbert para descrever um novo segmento do mercado consumidor. De maneira que o que define o *teenager* inicialmente não é sua idade, mas sim sua capacidade de consumir sem restrições morais (PRECIADO, 2019). O *teenager*, enquanto sujeito social, é fruto do *baby boom* do pós-guerra e a cultura juvenil a ele ligada estava muito mais marcada pelo consumo de música, álcool e drogas do que pela moralidade da família e do trabalho. Era para esta camada demográfica específica, dos

jovens heterossexuais masculinos brancos com capacidade de compra, que o discurso da revista estava explicitamente voltado: “A Playboy possui uma fórmula profissional e polida voltada para os adolescentes de todas as idades” (PLAYBOY APUD PRECIADO, 2019, p. 49)

Há que se notar, portanto, que a conexão entre representações pornográficas e a noção de juventudes, em especial, aquelas marcadas pelos signos da masculinidade existe desde o momento inicial de estruturação do regime farmacopornográfico. Tal conexão mantém-se ainda bem estabelecida. Segundo diversas pesquisas (LÖFGREN-MÅRTENSON; MÅNSSON, 2019; Elena MARTELLOZZO et al., 2017; ROMITO; BELTRAMI, 2015; BROWN; L’ENGLE, 2019; BERCHT, 2023) que abordam o consumo de materiais pornográficos por jovens, o contato com tais materiais é normativo, principalmente entre os jovens do gênero masculino, e faz parte dos modos de se aprender questões ligadas a gênero, sexualidade e sexo entre este público.

As novas tecnologias da representação e da comunicação passaram, no entanto, a desenhar um novo cenário de possibilidades de contato com tais materiais. Algumas autoras (BYERS, MENZIES, O’GRADY, 2004) e autores buscam descrever tal cenário através do que chamam de modelo do “Motor Triplo A” (COOPER, 1998). Tal modelo aponta para o processo do contato com a pornografia e os materiais sexualmente explícitos ter se tornado mais barato (*affordability*), anônimo (*anonymity*) e acessível (*accessibility*), especialmente a partir da cultura estabelecida pela Web 2.0.

É partir de tais mudanças que podemos compreender tanto o aumento da audiência de mulheres a tais conteúdos - o Brasil, por exemplo, surge em 6º lugar no ranking de acesso de visitantes mulheres ao *Pornhub* (2022) e, segundo o último relatório do site, estas perfazem globalmente cerca de 30% dos acessos ao site - quanto o estabelecimento de novos gêneros e propostas dentro do universo da pornografia. Pós-pornô, pornô-terrorismo, pornô *queer*, pornografia feminista, pornografia para mulheres, *altporn* são todos exemplos gêneros de representações

pornográficas que surgem para dar conta do aparecimento de novos públicos para os conteúdos pornográficos.

Neste sentido, é importante notarmos que é precisamente o desenvolvimento de novas tecnologias do olhar, especialmente em torno da Internet, que cria novos sistemas semióticos e técnicos que decretaram o fim da pornotopia criada pela *Playboy*. Isto não significa um enfraquecimento do regime farmacopornográfico, mas sim, e apenas, que estamos vivendo a criação de “uma nova ecologia global do pornô”. As novas pornotopias que surgem a partir da inserção da pornografia no universo da Internet são devedoras da transformação da sexualidade em espetáculo multimídia inicialmente realizadas a partir da revista de Hefner. De maneira que, tal modo de proceder não é novo, fazendo eco a pornotopia que a *Playboy* procurou instaurar com o estabelecimento da figura das *playmates*:

Supomos que seja natural pensar que nossas famosas *playmates* vivem num mundo à parte. Na verdade, *playmates* em potencial estão a nossa volta: a nova secretária de seu escritório, a beldade de olhos amendoados que se sentou na sua frente no almoço de ontem, a garota que lhe vende gravatas e camisas na sua loja favorita. (HEFFNER apud Gay TALESE, 2018, p. 86)

Se as palavras de Hugh Hefner, nas décadas de 1960 e 1970, soavam apenas como um convite à sexualização de todas as mulheres, elas adquirem na atualidade tons de profecia graças ao celular com câmera e conexão com a Internet. Segundo Preciado (2019), não apenas a pornografia, mas também o Facebook e seus similares representam hoje com a total transformação das técnicas de vigilância e comunicação em próteses de comunicação sexual e produção do prazer, dando seguimento do projeto de Hefner de borrar as fronteiras entre o que é público e o que é privado. O contexto atual, no entanto, é marcado ainda mais fortemente por um apagamento de distinções que antes eram mais bem estabelecidas. Segundo Preciado, o próprio corpo individual surge como uma extensão das tecnologias globais de comunicação.

Já havíamos enfatizado anteriormente que, na leitura de Preciado, o papel que a pornografia possui, a partir dos anos 1950, é indissociável da dimensão econômica. A cibereconomia atual irá possuir na pornografia um dos seus grandes motores propulsores. As transformações tecnológicas, nomeadamente a rápida expansão do acesso à Internet e desenvolvimento de aparelhos multimídia de baixo custo capazes de gravarem e reproduzirem mídias audiovisuais, transformaram todos os corpos em potencialmente pornográficos.

É desta forma que Preciado anuncia que a nova força da economia mundial é o corpo autopornográfico. Para além dos avanços tecnológicos, há que se entender este novo momento da relação entre realidade e representação. Se antes podíamos falar em representações realistas ou representações que pretendiam capturar o real, agora é preciso entendermos melhor o “desejo de o real existir em e para a representação” (2018b, p.187) O desejo da autopornificação é, desta forma, (PRECIADO, 2018b) o desejo de transformar o próprio corpo em capital abstrato, em código virtual indestrutível, em tornar-se um *e*-corpo.

Braço peludo e as possibilidades pornoterroristas

Para Paul Preciado não há, no entanto, como fugirmos da habitação de pornotopias. O autor não se filia, desta forma, a nenhuma versão abolicionista em relação a pornografia: “A decodificação de representação é sempre uma tarefa semiótica aberta que não necessita de proteção. Pelo contrário, é algo que deve ser abordado com reflexão, discurso crítico e ação política.” (PRECIADO, 2018b, p.357)

Seguindo autoras como Judith Butler e Gail Rubin, Preciado irá advogar pela elaboração de narrativas pornográficas contra-hegemônicas. Para o autor, é tarefa fundamental da teoria crítica contemporânea incluir a pornografia na análise dos modos culturais de maneira a esclarecer as formas como se constroem os limites do socialmente visível, os prazeres e as subjetividades sexuais. Há uma aposta de que é

possível uma transformação tanto na esfera do consumo quanto na da produção de pornografia.

Preciado vislumbra uma pornografia feita por aqueles que são tomados normalmente como objetos sexuais na pornografia tradicional e uma transformação dos “masturbadores imbecis” em usuários críticos da pornografia. Preciado valorizará, então, o desenvolvimento de micropolíticas pós-pornográficas, isto é de diferentes estratégias de crítica e intervenção na representação que irão marcar “uma ruptura epistemológica e política: um outro modo de conhecer e produzir prazer através do olhar, mas também uma nova definição de espaço público e novos modelos de habitar a cidade” (PRECIADO, 2018a, p. 31).

A estética e política “pós-pornô” defendidas por Preciado está fortemente marcada pela renúncia de um tipo específico e dominante de masculinidade que o autor descreve na última parte de *Testo Junkie*: “O sujeito dominante é um braço branco peludo e um pintinho sem corpo. Um braço branco que masturba um pau com a ajuda de uma imagem. A garota é ali um simples biodispositivo masturbador[...]” (PRECIADO 2018b, p. 425) A soberania de tal masculinidade é definida pelo uso legítimo das técnicas de violência contra os corpos não homens e não brancos, estando incluídos aí animais e o planeta como um todo (PRECIADO, 2020). Não é possível compreender a alta incidência de cenas em que a violência de gênero, em especial a violência de gênero racializada, está presente e é sexualizada na pornografia *mainstream*, (FRITZ et al., 2021; SHOR; SEIDA, 2021) sem compreendermos que tipo de masculinidade as produzem e são receptáculo de tal estética.

Isto não quer dizer que Preciado se filiei a nenhum tipo de estética higienizada da sexualidade ou que teça uma crítica as possíveis experiências no estilo BDSM em torno da sexualidade, tal qual uma parcela do movimento feminista nos anos 1970 teceu. Para o autor não se trata de negar a possibilidade de que sujeitos possam desejar a submissão ou possam legitimamente excitar-se com atos que o cidadão médio, para ficarmos com a terminologia jurídica que pautou as discussões sobre obscenidade nos

EUA nas décadas de 1960-1980, considere violentos e ou degradantes; trata-se de notar que as representações que buscam dar conta das narrativas hegemônicas sobre o sexo negam a possibilidade de reciprocidade e a equivalência dos corpos. São, desta forma, exemplos atualizados da estética de um já antigo regime heterodominante:

É possível, dentro da ficção teatral da sexualidade, desejar limpar sapatos com a língua, ser penetrado por todos os orifícios ou caçar o amado num bosque como se fosse uma presa sexual. Contudo, dois elementos diferenciais marcam a distância entre a estética queer da sexualidade e a estética heterodominante do antigo regime: o consenso e a não naturalização das posições sexuais. A equivalência dos corpos e a redistribuição do poder. (PRECIADO, 2020, p. 328-329)

A defesa de uma estética queer da sexualidade, pautada pelas noções de equivalência dos corpos e de redistribuição do poder, é realizada, porém, com ressalvas. Preciado (2018) aponta para o processo já em marcha de codificação do termo queer pelos discursos dominantes e para a consequente apropriação capitalizada das identidades *gender-queer* e das subculturas que as constituem. Tal ressalva não implica, no entanto, em uma descrença das possibilidades de resistência dentro do regime farmacopornográfico. Para autor é preciso fomentarmos uma reapropriação estratégica dos aparelhos biotecnológicos que constituem o Império de bioinformações no qual estamos inseridos.

Considerações Finais

Ao citar tanto os filmes pornográficos de Annie Sprinkle⁶, artista performática e ex-trabalhadora do sexo, quanto as tirinhas cômicas de Alison Bechdel⁷, cartunista norte-americana famosa por histórias em quadrinhos autobiográficas e que retratam o universo lésbico, como representantes dessa estética, Preciado propõe que as formas de

⁶ SPRINKLE, Annie. *Annie Sprinkle: Post-Porn Modernist: My 25 Years as a Multi-media Whore*. São Francisco: Cleis Press, 1998

⁷ BECHDEL, Alisson. *O essencial de perigosas sapatas*. São Paulo, Editora Todavia. 2021

resistência aos dispositivos do regime farmacopornográfico podem ser múltiplas. Se as recomendações do autor para a resistência ao que poderíamos chamar de porção fármaco, do regime farmacopornográfico, guia-se pelo “princípio da autocobaia” e pela ideia de intoxicação voluntária, o combate semiótico-tecnológico ao complexo pornográfico inspira-se nas micropolíticas queer, que proliferaram na década de 1990 e que na atualidade constituem-se em um ativismo⁸ pós-queer e pós-pornô.

Da mesma forma que nos oferece uma definição ampla do conceito de pornografia, que não se restringe à representação de cenas sexuais, Preciado também percebe diferentes artistas e performers como fazendo parte de um feminismo “pós-pornô”: de “uma estética feminista feita de um tráfico de signos e artefatos culturais e da ressignificação crítica de códigos normativos que o feminismo tradicional considerava como impróprios à feminilidade” (PRECIADO, 2018b, p. 359) E aos representantes do antigo regime sexual, seu recado é claro: “Gozem de sua estética da dominação, mas não queiram transformá-la em lei. E depois, deixem-nos trepar segundo nossa própria política do desejo, sem homens nem mulheres, sem pênis nem vaginas, sem machados nem fuzis.” (PRECIADO, 2020, p. 330)

Multiplicidade de estratégias, de modos de ser, de alternativas para produzir relações é o que observamos no cotidiano escolar. Ao invés do pânico moral, percebemos a fluidez das culturas juvenis ao lidar com as relações de gênero e sexualidade como um alargamento das possibilidades do humano. A cultura escolar é herdeira dos mecanismos da sociedade disciplinar, que construiu espaços delimitados para as pessoas que estudam, que vivem sua loucura, que trabalham, que servem nas forças armadas, que cumprem pena, que estão doentes, que envelhecem. Seguindo de perto as ideias de Sibilia (2012), vivemos em uma sociedade em que quase tudo se tornou visível aos olhos de todas as pessoas. A pornografia também se tornou visível, não é mais algo escondido, seus fluxos conectam

⁸ Para um relato em primeira pessoa neste sentido ver: TORRES, Diana J. **Pornoterrorismo**. Taffala, Txalaparta, 2011.

peças por todos os cantos do mundo, em particular a quem está conectado nas redes digitais. Desta forma, cabe à escola empreender uma tarefa educativa tanto na chamada educação para os meios, quanto no campo das relações de gênero e de sexualidade, quanto na abordagem da pornografia. Não será criando pânico moral ou remetendo, para o interior da família, tais debates que conseguiremos compreender os modos de governamento e de produção da norma que atuam no contexto atual. Ao invés de silenciar sobre tais temas na escola, temos que inventar novas estratégias de abordagem, e criar espaços de diálogo e convivência, de encontros e de troca de experiências, na cultura escolar, em estreito diálogo com as culturas juvenis.

Referências

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação na PNAD Contínua 2022**. Brasília, Distrito Federal, 7 de junho de 2023

BERCHT, Gabriela. **Apre(e)ndendo o sexo: internet, sexualidade e culturas juvenis**. 2023, 357f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

BECHDEL, Alisson. **O essencial de perigosas sapatas**. São Paulo, Editora Todavia, 2021.

BERCHT, Gabriela; BARZOTTO, Carlos Eduardo. “Infância sem pornografia” e o movimento antigênero: aproximações conceituais. **Margens: Revista Interdisciplinar**, [S.l.], v. 16, n. 26, p. 73-94, jun. 2022.

BROWN, Jane., L'ENGLE, Kelly L.. X-rated sexual attitudes and behaviors associated with US early adolescents' exposure to sexually explicit media. **Communication Research**, 36(1), 129–151, 2009.

BYERS, L.J; MENZIES, K.S; O'GRADY, W.L. The impact of computer variables on the viewing and sending of sexually explicit material on the Internet: Testing Cooper's "Triple-A Engine". **Canadian Journal of Human Sexuality**. 13. 157-169, 2004

COOPER, Al. Sexuality and the Internet: Surfing into the New Millennium. **CyberPsychology & Behavior**, 1(2), 187–193, 1998

FRITZ, N. et al. Worse Than Objects: The Depiction of Black Women and Men and Their Sexual Relationship in Pornography. **Gend. Issues** 38, 100–120 (2021).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

GENDER DEMOGRAPHICS. **PornHub**, 14/12/2021. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/yir-2021#Gender-Demographics> Acesso 20/02/2023

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of Gender, Essays on Theory, Film, and Fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987

LÖFGREN-MÅRTENSON, Lotta; MÅNSSON, Sven- Axel. Lust, Love, and Life: A Qualitative Study of Swedish Adolescents' Perceptions and Experiences with Pornography. In **Journal of sex research**, V. 47, ed. 6. p. 568-579.2010

MARTELLOZZO, E., MONAGHAN, A, ADLER, J. R., DAVIDSON, J, LEYVA, R. and HORVATH, M. A. H. **“I wasn’t sure it was normal to watch it...” A quantitative and qualitative examination of the impact of online pornography on the values, attitudes, beliefs and behaviours of children and young people.** London:Middlesex University, 2017.

PRECIADO, Paul B. “Museu, lixo urbano e pornografia”. **Periódicus – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades** [online], Salvador, v. 1, n. 8, p. 20-31, 2018a.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica.** São Paulo: n-1 edições: 2018b.

PRECIADO, Paul B. **Pornotopia An Essay on Playboy’s Architecture and Biopolitics.** New York, Zone Books, 2019.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano.** Rio de Janeiro, Zahar: 2020.

ROMITO, Patrizia; BELTRAMINI, Lucia. Factors Associates With Exposure to Violent or Degrading Pornography Among High School Students. In **The Journal of School Nursing**, Vol. 31(4), p.280-290. 2015.

SCHELB, Guilherme. **Projeto de Lei Municipal “Infância Sem Pornografia” Modelo para cada município brasileiro.** Disponível em <https://infanciaefamilia.com.br/projeto-de-lei-municipal-infancia-sem-pornografia/> acesso em 20 maio 2023

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 19(2), p. 561-572, 2011.

SHOR, Eran; SEIDA, Kimberly. **Aggression in Pornography Myths and Realities**. Nova York, Routledge, 2021.

SPRINKLE, Annie. **Annie Sprinkle: Post-Porn Modernist: My 25 Years as a Multi-media Whore**. São Francisco: Cleis Press, 1998.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Contraponto: Rio de Janeiro, 2012

TALESE, Gay. **A mulher do próximo: Uma crônica da permissividade americana nas décadas de 1960 e 1970**. São Paulo, 2018.

TALESE, Gay. **Fama e Anonimato**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004

TORRES, Diana J. **Pornoterrorismo**. Taffala, Txalaparta, 2011.

The 2022 Year in Review. Pornhub, 08/12/2022. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2022-year-in-review> Acesso 20/02/2023

VAN DOORN, Niels. Keeping it Real: User-Generated Pornography, Gender Reification, and Visual Pleasure. **Convergence**, 16(4), 411–430. 2010

WILLIAMS, Linda. Pornography, porno, porn: Thoughts on a weedy field. **Porn Studies**. 1. 24-40, 2014.

WILKINSON, Eleanor. The diverse economies of online pornography: From paranoid readings to post-capitalist futures. **Sexualities**, 20(8), 981–998, 2017

ZHOU, Y et al. Sexual behavior patterns in online sexually explicit materials: a network analysis. **Qual Quant** 53, 2253–2271 (2019).

Always desired, even though it may be wrong
Pornography's provocations to school culture

Abstract: The article aims to expand reflections on the topic of pornography, particularly in its interface with school culture. We start from a set of data, teachers' testimonies, excerpts from documents, and accounts of authoritarian, conservative, and reactionary movements to understand the ways in which pornography generates moral panic in the school culture. Such information results from research and the authors' involvement in the Basic Education environment. Based on these initial pieces of information, we propose to approach pornography using the concepts and ideas of Michel Foucault and Paul Preciado, moving towards the notion of a Pharmacopornographic Era. In line with Preciado's propositions, we understand that we are experiencing a transitional phase between a disciplinary society, where power is concentrated in population control, and a pharmacopornographic society, characterized by the processes of biomolecular government (pharmaco) and semiotic-technical (porno) control of sexual subjectivity. These ideas are useful for understanding the emergence of pornography in the regulation of children and teenagers' bodies in school culture, as well as for considering educational actions.

Keywords: Pornography; school culture; youth cultures; moral panic; Pharmacopornographic Era.

Recebido: 30/07/2023

Aceito: 04/04/2024